



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal nº 211/2010, de 14.07.2010.

EMENTA: 7º Termo Aditivo / Contratos nº 46/2017 e 47/2017 / Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017. Objeto: Aditivo de prazo e valor.

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, na Lei Municipal 211/2010 de 14 de julho de 2010, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio, concomitante e posterior aos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público, expedimos, a seguir, nossas considerações.

1. DOS FATOS:

Ocorre que chegou a esta Coordenadoria de Controle Interno, encaminhados pelo Departamento de Gestão de Contratos, para manifestação, o **7º Termo Aditivo aos Contratos nº 46/2017 e 47/2017**, oriundos do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017, tendo como objeto **“a prorrogação (renovação) da vigência do contrato por igual período e valor”**.

2. DO OBJETO:

Quarto Aditamento de prazo dos Contratos nº 46/2017 e 47/2017, firmado entre o Município de Santa Izabel do Pará e a empresa TERRA LUZ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP – CNPJ 14.045.720/0001-88.

3. PRAZO DE VIGÊNCIA:

A vigência do contrato iniciou na data de sua assinatura em 09/06/2017 até 31/12/2017;

A vigência do 1º Termo Aditivo – Renovação de Contrato - ficou de 01/01/2018 até 25/07/2018;



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal nº 211/2010, de 14.07.2010.

A vigência do 2º Termo Aditivo – Renovação de Contrato - ficou de 26/07/2018 até 16/02/2019;

A vigência do 3º Termo Aditivo – Renovação de Contrato - ficou de 17/02/2019 até 10/09/2019;

A vigência do 4º Termo Aditivo – Renovação de Contrato - ficou de 11/09/2019 até 03/04/2020;

A vigência do 5º Termo Aditivo – Renovação de Contrato - ficou de 04/04/2020 até 26/10/2020;

A vigência do 6º Termo Aditivo – Renovação de Contrato - ficou de 27/10/2020 até 20/05/2021; e

A vigência do 7º Termo Aditivo – Renovação de Contrato - fica de 21/05/2021 até 12/12/2021

4. DA FUNDAMENTAÇÃO:

Lei nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, e as exigências do Edital de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-PMSIP e seus anexos constantes do Processo Administrativo nº 436/2017.

5. DA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

5.1. Consta nos autos o interesse da Administração Pública em renovar o contrato por igual período e valor;

5.2. Consta Extrato de Dotação Orçamentária;

5.3. Foi anexado o despacho a assessoria jurídica para parecer e providências jurídicas quanto a elaboração do 7º Termo Aditivo;

5.4. Consta juntado ao processo o Parecer Jurídico nº 211/2021, emitido em 17/05/2021 pela legalidade do Termo Aditivo;



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal nº 211/2010, de 14.07.2010.

3.5. Consta juntado ao processo o 7º Termo Aditivo ao Contrato nº 46/2017 e nº 47/2017, assinado pelas partes, em 18 de maio de 2021;

3.6. **Não** consta juntado ao processo a minuta do extrato do 7º Termo Aditivo;

3.7. **Não** consta juntado ao processo a publicação do extrato dos Termos Aditivos;

3.8. **Não** fora anexado ao processo a anuência da empresa, se é de interesse dar continuidade no contrato;

3.9. Verifica-se que os instrumentos de aditamento integram um único processo administrativo, não necessitando assim iniciar um processo novo para cada contrato e/ou termo aditivo, mas sim seguir no processo já existente, juntando-se em sequência cronológica os documentos pertinentes, no entanto, não consta a numeração e nem a rubrica do servidor responsável, nas páginas seguintes;

4. CONCLUSÃO:

Em conclusão ao encaminhamento dos Termos Aditivos aos contratos administrativos para análise, **recomendamos:**

4.1. Anexar ao processo o ato que designa o servidor para o fiel desempenho de fiscalização;

4.2. **Recomendamos**, ainda, que anexe ao processo a publicação do extrato dos contratos no DOU, assim como no site dos jurisdicionados do TCM, assim, gerando o código de barras da publicação;

4.3. **Recomendamos**, a numeração e rubrica das páginas no processo;

Sob o ponto de vista técnico, observa-se que o tramite procedimental estabelecido no Termo Aditivo referentes às demais cláusulas, está em conformidade com a lei 8.666/93, (Licitação e Contrato da Administração Pública).

Reafirmo neste Parecer, que a conclusão do processo administrativo nº 436/2017, que deu origem ao contrato já analisado anteriormente e conseqüentemente os termos aditivos, é de inteira responsabilidade da Comissão Permanente de licitação, assim como, é imprescindível ressaltar que as informações acostadas aos autos são de inteira



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal nº 211/2010, de 14.07.2010.

responsabilidade e veracidade do Órgão solicitante e ao contrato do setor de contratos desta municipalidade.

Do Controle Interno, de acordo com a Lei Municipal nº 211/2010, a função da fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da administração pública municipal, que baseada nos procedimentos seguidos pelas partes interessadas e ainda no Parecer Jurídico nº 359/2020 que se manifesta favorável ao 7º Termo Aditivo, este Órgão de Controle é pela regularidade dos procedimentos desde que atendidas as **recomendações** acima enumeradas.

É nosso parecer, salvo melhor entendimento.

Santa Izabel do Pará / PA., 24 de maio de 2021.

Raimunda Maria Farias de Almeida
Coordenadora do Controle Interno
Decreto Municipal nº 025/2017